

O fundo do poço?

IGNÁCIO M. RANGEL

1/88

10.01.87

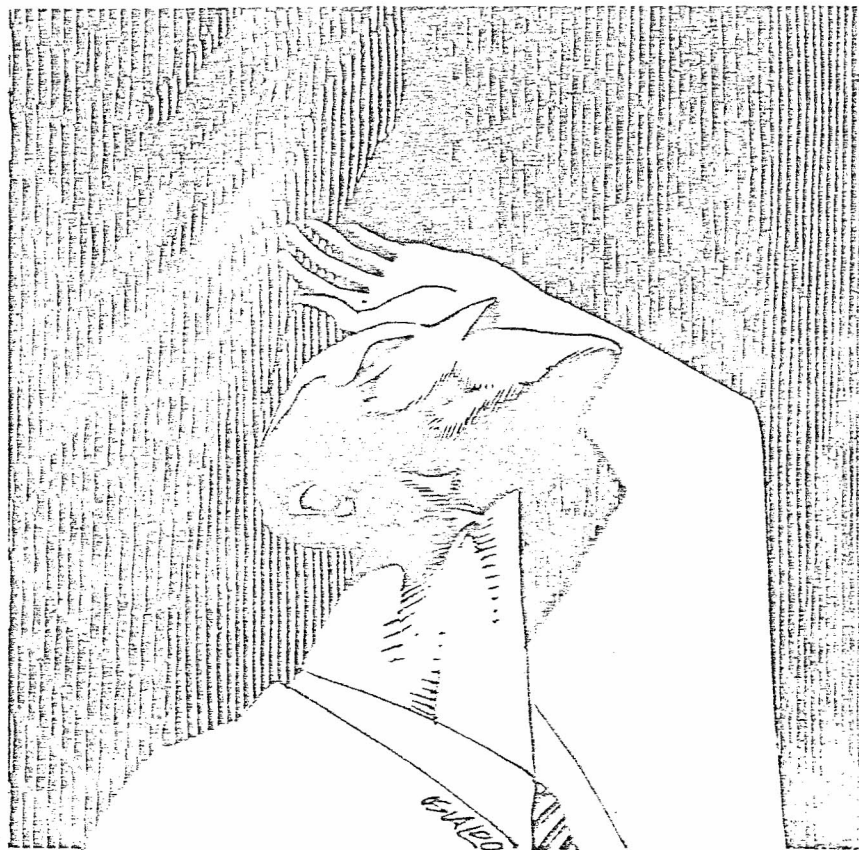
Estava claro, para mim, há muito tempo, que, a certa altura, o fundo do poço de nossa crise seria tocado e, quando isso ocorresse, daríamos certos passos indispensáveis para a superação da dita crise. Esses passos seriam importantes, mas isso não quer dizer que seus autores pretendessem estar dando passos importantes. Ao contrário, seria de bom tom uma atitude de modéstia. —Uma atitude como essa que adotou o novo ministro da Fazenda, ao pretender que, de agora em diante, a peça essencial do governo será o orçamento votado pelo Congresso Nacional.

O que ele não disse —mas seria trágico que não o percebessemos— é que o Congresso a que ele se refere não é essa Assembléia Constituinte que conhecemos, presidida por Ulysses Guimarães, mas essa coisa anódina a que chamamos “Centrão” e que começa a comportar-se como o partido majoritário, que encontrará maneiras de fazer o gabinete. Mesmo que tal gabinete seja formalmente presidido pelo Presidente da República.

Por outras palavras, a partir do momento em que o Congresso reassume sua função essencial de votar o orçamento, o regime já mudou e o nome mais adequado para o novo regime é parlamentarismo. Pouco importa que nossos parlamentaristas brevemente estejam clamando que este não é o parlamentarismo dos seus sonhos. Esses equívocos nos acontecem com desconcertante pontualidade.

Assim, aqueles agrupamentos que, até agora, na Assembléia Constituinte, vinham pousando de maioria, se não querem ser inteiramente esmagados, devem assumir a posição de minoria, que lhes compete, e partir para a criação de um “shadow cabinet”. Um gabinete sombra, que deverá policiar a atuação do gabinete no poder. Como convém a um regime parlamentarista, que já começamos a ser, pouco importando as formas assumidas.

Como tenho dito insistentemente, a paralisia que afetou, não apenas o Poder Executivo, mas todo o Estado brasileiro, tinha sua causa imediata no fato de que o Poder Legislativo havia deixado privar de sua função precípua, que é votar o orçamento. Formalmente, o Poder Executivo ficava investido dos supremos poderes, mas só formalmente, ate porque o Poder Judiciário não tardou em imiscuir-se em funções meramente administrativas, transformando o Estado brasileiro no proverbial caso onde não há pé.



onde todos gritam e ninguém tem razão.

Os formalistas prefeririam que a Assembléia Constituinte alterasse agora sua pauta de deliberações, pondo como primeiros pontos da ordem do dia os problemas do regime e da sucessão presidencial. Mas os formalistas raramente fazem história. O regime já mudou, e a sucessão evolui para tornar-se uma questão irrelevante. Provavelmente os futuros presidentes serão eleitos pelo Parlamento, se ou quando o partido majoritário o julgar necessário. Mas nem isso é essencial. A eleição direta não refletiria o balanço de forças de 15 de novembro de 1986. Importante é razer a maioria do Parlamento e a presente maioria é o “Centrão”.

No que tange à política econômica e social, o primeiro passo está na ordem natural das coisas e consiste em abrir oportunidades de investimento para as atividades ora dotadas de capacidade de poupança, e que transitam obrigatoriamente pela privatização dos serviços de utilidade pública. Isto posto, o orçamento do Estado passará a ser ordenável —o que não é atualmente—, pouco importando que incumba ao Congresso ou a um super-ministro, como o da Fazenda, elaborá-lo.

Quando o Estado dispuser de re-

ursos livres, em moeda nacional, poderá aplicá-los à compra de cambiais de exportação, retendo em seu poder uma parcela suficiente para o serviço da dívida externa. Esta é iníqua e deve ser renegociada, mas não poderemos promover essa renegociação antes de nos havermos posto em posição forte, como devedores. (V. “Leilões de Câmbio”, in Folha, 6.12.87, Ignácio Rangel).

Finalmente, será mister dar o passo final do processo de mudanças, a abordagem do escabroso problema da implantação da nova estrutura agrária. Não por certo essa “reforma” proposta pela Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária da Comissão da Ordem Econômica, que resolveria problemas peremptos há meio século. Mas uma reforma que formalize a implantação do capitalismo no campo, a mais radical das reformas ora postas da ordem natural das nossas coisas. Será mister começar pelo problema do bóia-fria, não para transformá-lo em pequeno agricultor —que ele foi, e não deve voltar, nem voltará a sê-lo— mas para resolver os problemas implícitos em sua condição presente de semi-proletário agrícola.

IGNÁCIO M. RANGEL, economista autor do livro “Inflação Brasileira”, foi presidente do Conselho Nacional de Economia do Rio de Janeiro e é membro do Conselho Federal de Economia.